



Universidades Lusíada

Ferreira, Conceição

Caires, Délia

Carneiro, Idília

A prática em análise : análise do projecto de intervenção na divisão de espaços verdes da Câmara Municipal de Sintra

<http://hdl.handle.net/11067/3913>

Metadados

Data de Publicação

1993

Resumo

Tratando-se de uma intervenção colectiva junto da população dos centros urbanos do Concelho de Sintra, consideramos oportuno desenvolver um primeiro ponto, de carácter mais teórico, definindo as características da acção colectiva, fazendo depois a relação com alguns aspectos do projecto, em que essas características se evidenciam de uma forma mais clara. Uma segunda parte compreende a análise do percurso metodológico em que procurámos aplicar uma dimensão teórica aos aspectos operacionais e conc...

Palavras Chave

Serviço social - Aspectos ambientais, Serviço social - Metodologia, Ecologia urbana (Sociologia) - Portugal - Sintra

Tipo

article

Revisão de Pares

no

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 07 (1993)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T02:22:56Z com informação proveniente do Repositório

A PRÁTICA EM ANÁLISE

ANÁLISE DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO NA DIVISÃO DE ESPAÇOS VERDES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

*Conceição Ferreira **

*Délia Caires **

*Idília Carneiro **

INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina de Teoria e Metodologia do Serviço Social II, pretende fazer a análise do Projecto INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO DE ESPAÇOS VERDES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA / OUT. 89, ao nível do percurso metodológico desenvolvido e simultâneamente do papel do profissional ao longo do processo.

Tratando-se de uma intervenção colectiva junto da população dos centros urbanos do Concelho de Sintra, consideramos oportuno desenvolver um primeiro ponto, de carácter mais teórico, definindo as características da acção colectiva, fazendo depois a relação com alguns aspectos do projecto, em que essas características se evidenciam de uma forma mais clara. Uma segunda parte compreende a análise do percurso metodológico em que procurámos aplicar uma dimensão teórica aos aspectos operacionais e concretos do Projecto, explicando-os e justificando-os.

Na sequência das fases de estrutura ordenadora da acção identificamos a formulação do problema, o estudo/análise/diagnóstico, a intervenção de forma menos explícita e clara a Programação e a ausência de Avaliação.

Embora ao longo da análise do percurso metodológico, a postura profissional fosse sendo ressaltada, abordamos um terceiro ponto sobre o papel do profissional assumido no desenrolar do processo.

* Alunas do 3.º ano do I.S.S.L.

1. Características da Intervenção Colectiva

A intervenção colectiva, segundo Cristina de Robertis, é a acção do assistente social junto de uma clientela constituída por vários indivíduos ou vários grupos. Neste tipo de intervenção o assistente social não é detentor do monopólio da intervenção. É cada vez mais frequente o trabalho em equipa com profissionais de outras áreas. Este facto, leva por vezes a confundir intervenção colectiva com trabalho de equipa pluriprofissional ou ainda com trabalho inter-institucional sobre a mesma área geográfica. O que na realidade dá um carácter colectivo à intervenção e à própria população que dela beneficia.

Numa intervenção colectiva, o profissional pode assumir duas posturas: a de agente mediador ou a de agente de mudança. Como agente de mudança o assistente social intervém na realidade social movido pela sua própria dinâmica. Tem como objectivo ajudar a população em causa “forjar” as estruturas necessárias a fim de fazer face aos problemas colectivos, de obter satisfações, quer materiais quer afectivas, de reforçar a sua inserção, as redes de solidariedade e de entreatjada e de se situar como interlecutor, participando plenamente na vida social (1).

Os principais objectivos do assistente social numa intervenção colectiva são:

- desenvolver a autonomia individual e social das pessoas, das famílias, e dos grupos espontâneos;
- desenvolver um processo de acção que vise a participação da população e que privilegie todas as formas de intervenção susceptíveis de facilitar e solicitar interesse da quase totalidade da população, que seja obra de todos e que esteja simultâneamente ao serviço dos indivíduos;
- promover a consciência colectiva das situações vividas;
- facilitar o estabelecimento de relações entre os indivíduos, dos indivíduos com os grupos e dos grupos entre eles;
- instaurar redes de decisão no local e entre os objectivos de interesse local e a dimensão colectiva;
- favorecer o reconhecimento dessa identidade regional junto às diversas instâncias institucionais (2).

A intervenção colectiva caracteriza-se por uma delimitação precisa do local determinado pela intervenção, quer se trate de área geográfica ou institucional. Esta delimitação pode ser completada pela delimitação da categoria da população utente.

A delimitação do local e de categoria da população introduz uma outra característica da intervenção colectiva: situa-se sempre a um nível micro-social e abrange situações restritas e limitadas expressas por indivíduos ou grupos ligados entre si.

Por oposição ao carácter confidencial de uma intervenção individual, a intervenção colectiva é pública junto dos grupos ou conjuntos da vida social. É esse carácter público que confere à intervenção colectiva a partilha com outros parceiros.

Uma última e importante característica é referente à duração e organização do tempo. A sua duração é longa, desenvolve-se no tempo e necessita de uma real continuidade (3).

1.1. O Projecto “Criação de Espaços Verdes” no âmbito da Intervenção Colectiva

Devido ao acelerado crescimento urbano/industrial do Conselho de Sintra, que não privilegia a criação e manutenção dos espaços verdes, e tendo subjacente a Lei de Bases do Ambiente que “grosso modo” visa “a existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas”, o Município, instância com legitimidade para intervir a nível local, elaborou um projecto que tem como objectivo implementar e conservar esses espaços, através do Serviço Social na Divisão de Espaços Verdes.

Trata-se de uma intervenção colectiva, que se situa a um nível micro-social, com uma delimitação precisa do local — Concelho de Sintra — e delimitação da categoria da população em causa — População dos centros urbanos do Conselho de Sintra, tendo como grupos de suporte os Amigos do verde (Associação de Moradores).

A ausência de espaços verdes, reflecte uma situação social que implica uma intervenção colectiva tendo em conta a sua dimensão individual. O problema não é apenas de uma pessoa, mas de um grande número de pessoas que residem no Conselho de Sintra.

A intervenção colectiva apoia-se principalmente nas estruturas de grupo, sejam naturais, sejam grupos constituídos pelo assistente social, neste caso Amigos do Verde — Associação de Moradores. Cada indivíduo aporta ao grupo as suas competências, capacidades, potencialidades, sendo estimulado a desenvolvê-las através de uma participação criativa no próprio grupo, contribuindo para as oportunidades de sucesso do grupo nos objectivos que este se propôs atingir.

O Projecto de Criação de Espaços Verdes, insere-se no âmbito de uma acção colectiva, em que o papel de cada indivíduo é fundamental, tanto mais que as motivações para participar e agir com outros, são sempre de natureza individual, mais ou menos reforçadas pelo grupo (4). É também uma intervenção de carácter público, o que conduz a uma obrigação de partilha com outros parceiros, com outros técnicos no âmbito das estruturas municipais ou com outros agentes.

Como forma de sair do esquema tradicional da inércia social, são “negociadas” com a população todas as acções a serem operacionalizadas, na medida em que a sua participação/envolvimento é continuamente solicitada. Trata-se de elaborar com a

própria população as acções concretas, capacitando-a para perceber o seu interesse, na medida em que é ela a primeira beneficiária. Trata-se também de levar a população a assumir a situação/problema, pois ao apostar na “utilização de pequenos espaços verdes pela população dos Centros urbanos do Conselho de Sintra”, o Município pretende que a manutenção desses espaços seja feita pela própria população e ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades e aspirações de grupos da população, dimensão objectiva e dimensão subjectiva respectivamente (3).

O objectivo global do Projecto é a intervenção para o desenvolvimento de acções conjuntas Município-População, na implementação e conservação dos espaços verdes, tendo como principal estratégia a mobilização da população através de grupos organizados.

2. Análise do Percorso Metodológico do Projecto “Criação de Espaço Verde

A metodologia é algo instrumental que pressupõe a existência de uma teoria como suporte referencial. Embora de natureza operacional pressupõe o entendimento das acções, significado e interpretação das mesmas. Sem a teoria a acção torna-se redutora e imediatista. A postura metodológica, com base na teoria, acompanha todo o processo da estruturação metodológica, fundamentando a instrumentalidade do profissional, dando coerência à relação instrumento/realidade, aos objectivos a atingir e à análise/interpretação do que a acção vai produzir.

A estrutura é todo um instrumental metodológico que permite a intervenção; é-lhe inerente uma sequência lógica das diferentes etapas, em que os seus elementos são de natureza racional e que compreende: pedido/formulação do problema, estudo/análise/diagnóstico, programação/alternativas da acção, intervenção, avaliação.

Ao nível do processo este ordenamento lógico/racional “dilui-se”, na medida em que aquele é de natureza relacional e dinâmica. Inicia-se quando o profissional entra em relação com; já não é apenas ele e o seu instrumental metodológico. A estrutura ao desenvolver-se na prática adquire uma dinâmica processual que ultrapassa a teoria.

3. Pedido Formulação do Problema

A situação/problema é identificada como sendo a ausência de espaços verdes, áreas não privilegiadas e não dimensionadas, face ao forte crescimento urbano — industrial do Conselho de Sintra.

O pedido é “formulado” pela própria instituição de inserção do assistente social, mais concretamente pelo Serviço Social na Divisão de Espaços verdes da Câmara Municipal de Sintra.

Sendo o Município uma instância de poder local, e obviamente conhecedora do espaço em que se circunscreve, é suposto que o Serviço Social na D. E. V. tivesse um conhecimento prévio da problemática em que se inclui esta situação/problema.

4. Estudo / Análise / Diagnóstico

O diagnóstico é uma “medida aproximativa”, é o momento de pôr em relação as diversas componentes da análise da situação, da reconstituição do puzzle, de forma que toda a complexidade do conjunto seja tomada em consideração (6).

Na formulação do diagnóstico é importante detectar O QUE É O PROBLEMA e PARA QUEM É PROBLEMA, pois, é através do diagnóstico que são detectadas prioridades e estabelecidas estratégias.

A fase preliminar da metodologia base do Projecto em estudo, não é muito clara sobre o diagnóstico, porventura feita pela população, factor importante na fase de elaboração do diagnóstico.

É o diagnóstico que irá caracterizar a intervenção, daí que seja fundamental confrontar o diagnóstico do profissional com o da população utente, de modo que esta possa identificar mais concretamente o seu problema.

Parece-nos que a etapa do diagnóstico foi pouco aprofundada; fala-se mais em termos de metas e de objectivos do que em termos de percepção diagnóstica da situação.

a) Diagnóstico Preliminar

Localizado no início da intervenção, tem como objectivo a detecção, caracterização e interpretação da situação problema. Consideramos neste Projecto como diagnóstico preliminar as alíneas *a* e *b*, em que o serviço Social pretende perceber a predisposição da população. Toda a recolha de elementos visa “avaliar a viabilidade de implementação, conservação do espaço verde e respectivos equipamentos, aceitabilidade da ocupação e utilização da área para fins recreativos/lazer/vivência”.

b) Diagnóstico Operacional

Na alínea *c* — Diagnóstico da Futura Utilização do Espaço Verde — continua a fazer-se a análise da situação recolhendo os elementos necessários à compreensão global da situação e á elaboração de uma hipótese de trabalho. Consideramos aqui o diagnóstico operacional. Esta análise é dinâmica, em permanente reconstituição à medida que o assistente social vai desenvolvendo acções.

Diferentes níveis e diferentes parceiros são constitutivos da análise da situação: a população utente — Amigos do Verde — população dos centros urbanos do Concelho

de Sintra e o seu contexto, o Assistente Social e a instituição à qual pertence — Câmara Municipal de Sintra, o contexto global no qual este conjunto se insere.

A necessidade de implicar e envolver a população em todo o processo tem a ver com o facto da mudança não se operar apenas na componente objectiva, criação de espaços verdes, mas também ao nível subjectivo, isto é, a forma como a população se coloca perante o problema e as alterações que vão surgindo. Foi por isso necessário conhecer a dinâmica social, movimento situado no espaço social concreto, que se desenvolve entre o social existente (social formal) e o social latente, as formas de utilização do espaço, expectativas em relação à implementação de equipamentos humanos e materiais existentes; através da consulta de documentos, inquéritos, entrevistas, etc..

É o conhecimento e actualização de todas estas informações que dá a definição da situação social/objecto, ponto de partida para a intervenção colectiva. O diagnóstico situa-se entre o social existente e o social latente. Pela relação entre os dois entram as expectativas, e recursos potenciais, espaços possíveis, a forma como os grupos sociais percebem a situação. Com o fito de explorar as potencialidades locais, a fim de “conhecê-las apoiar-las e desenvolvê-las”, a proposta do Serviço Social na D.E.V. é muito prática e operacional: “tem a ver com um projecto do quotidiano, visando uma transformação qualitativa, a ser prestado a pequenos grupos organizados da população.” (7)

A situação/problema é percebida pelo profissional de Serviço Social em interacção com outros parceiros no contexto do Município. É transformada em situação/objecto a partir do “levantamento e estudo dos espaços verdes do Concelho” e de todas as acções que daí decorrem no sentido de perceber os recursos existentes em ordem a uma intervenção, e que passa por um “levantamento das necessidades já cobertas por equipamentos sociais colectivos; levantamento dos recursos humanos e materiais existentes.”

A situação social/objecto é uma situação construída a partir de vários elementos — determinantes contextuais de natureza macro-social: política de ambiente, política de habitação e urbanismo; há ainda outras determinantes, as directas da situação, ao nível da micronidade: particularidade de cada espaço, capital simbólico investido e valores, padrões culturais expressos.

O Projecto D.E.V. só pode ser concretizado a partir do diagnóstico social derivado dos conhecimentos que o Serviço Social tem da população — com as suas dificuldades e dinamismos — e da própria instituição (CMS) — com os seus constrangimentos e recursos.

Neste caso concreto de acção colectiva, o Serviço Social partiu da observação do fenómeno e de hipóteses de trabalho propondo a necessária colaboração da população e o seu empenhamento/envolvimento. Essa proposta passou por um solicitar, interperlar; por um ajudar a construir-se, a organizar-se, participação esta que ainda

que construída, orientou-se para uma autonomia cada vez mais autêntica da população na criação/protecção/gestão dos espaços verdes.

Paralelamente à análise da situação que visa traçar linhas de actuação e entender a relação existente entre os diferentes fenómenos em presença, está já a desenvolver-se a intervenção com a “CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES. A participação da população é obtida através da solicitação de iniciativas próprias, como a organização grupo Amigos do Verde, fornecendo-lhe o apoio técnico organizacional, como por exemplo “apoio técnico à elaboração dos estatutos e legalização da Associação; apoio à organização administrativa da associação”.

Estar em processo não significa que a ordem lógica é a que predomina, uma vez que as componentes fundamentais são de ordem socio-psico-cultural e não de natureza lógico-racional. No processo há uma tentativa simultânea de diagnosticar e intervir junto da população. Desenvolvendo-se na prática, a estrutura metodológica ganha uma dinâmica processual. A estrutura é o suporte metodológico, mas não é algo que tem que ser rigidamente imposto, como se pode verificar neste Projecto.

5. Programas/Alternativas de Acção

A programação é uma fase inerente ao processo metodológico e ocorre numa fase de maturação do diagnóstico, depois de recolher todos os elementos para a intervenção. A programação não é estática, e o profissional deve adaptá-la convenientemente sempre que necessário. Serve de base à avaliação, fase posterior à intervenção, pois permite-lhe verificar se foram realizados os objectivos, que podem ser de natureza geral, específica ou operacinal. Deste projecto não consta uma programação, no sentido técnico referido; há no entanto, uma ordenação lógica no item MOMENTOS /ACTIVIDADES, que parece corresponder a uma certa sequência orientadora da intervenção.

Este facto constitui de certa forma, uma lacuna, porque é difícil avaliar e controlar a decorrência de um processo de intervenção sem uma programação prévia.

6. Intervenção

Nesta fase a intervenção tem um sentido restrito, visto que o método é intervenção desde que se inicia até que termina o processo. Na prática nem sempre é fácil separar a intervenção propriamente dita do diagnóstico ou da análise da situação.

Neste projecto a intervenção que pretende alterar a situação da falta de espaços verdes, face a um rápido e desordenado crescimento industrial, que não tem em conta os espaços verdes, centra-se sobretudo ao nível do desenvolvimento das capa-

idades organizativas — organização dos moradores numa associação legalmente constituída (Amigos do Verde).

Trabalhar as capacidades organizativas é fundamental, pois, ao mesmo tempo estão a ser trabalhadas as capacidades cognitivas (informação sobre o projecto, compreensão das formas de utilização dos recursos sociais) e as capacidades relacionais (capacitação para o assumir de novos papéis, desempenho autónomo das funções a serem exercidas na associação criada).

A articulação e organização dos indivíduos em grupos, em associações com os respectivos estatutos e a respectiva legalização, vai estruturar uma certa forma de poder social; são energias individuais que se organizam colectivamente em função da defesa de interesses comuns. Quanto mais a sociedade girar em torno dos espaços organizados, mais estruturada está e mais poder social existe em termos da própria base da sociedade. Quanto mais o indivíduo estiver sensibilizado para a criação/manutenção/gestão dos espaços verdes, maior sentido de responsabilidade existe, não isoladamente, mas em grupo.

A intervenção do Serviço Social na D. E. V., tendo como objectivo um programa de criação/protecção/gestão de espaços verdes foi possível promovendo a interacção dos cidadãos, com a criação de associações de moradores, criação e solidificação de relações entre a população e órgãos autárquicos, desenvolvendo a participação e capacidade organizativa dos grupos, representantes da população da área do espaço verde, “capacitando os membros da associação para o desempenho autónomo das suas funções”.

As capacidades organizativas foram também trabalhadas ao nível da promoção da interacção com o próprio Município (outros serviços da Câmara), desenvolvendo acções conjuntas na implementação e conservação dos espaços verdes. e ainda com organismos públicos ou privados, Instituições, Organizações, Juntas de Freguesia, outros grupos organizados da população.

A Fase 2, Projecto de Criação de Espaço Verde, não seria possível nem realizável se não fosse tida em conta a dimensão subjectiva a possibilidade/capacidade de expressão do sujeito da acção que é também objecto da intervenção.

A aprovação do Projecto Criação de Espaço Verde e a consolidação e desenvolvimento dos grupos Amigos do Verde, surge como uma força mobilizadora no decorrer do próprio processo, na medida em que adquirindo novas competências e espaços de actuação, a população participa activamente, desenvolvendo simultaneamente a capacidade de agir e de se organizar socialmente em vista ao interesse colectivo comum: criação/protecção/gestão dos espaços verdes.

A Fase 3 que corresponde à Execução do Projecto Criação de Espaços Verde, e que visa a sua gestão e implementação em acções conjuntas Município/Amigos do Verde, não se trata do culminar do processo de intervenção, mas de um “trampolim”

para o seu desenvolvimento no tempo, já que pressupõe uma real continuidade. Neste momento da Intervenção é previsto um acompanhamento de canalização de meios humanos, materiais e financeiros, a implementação de projectos de desenvolvimento social e cultural, em que os Amigos do Verde surgem já como grupos autónomos e responsáveis pela manutenção dos espaços verdes. As fases de sensibilização, recolha de elementos, organização de grupos, elaboração e aprovação de projectos e consolidação dos grupos, foram ultrapassadas e a intervenção é o momento que reflecte esse trabalhar com a população dos centros urbanos do Conselho de Sintra.

Através da Alínea B observa-se que os objectos iniciais da intervenção se mantêm presentes, ou seja, a conservação dos espaços verdes pelos grupos Amigos do Verde, possível com o trabalho de dinamização e mobilização da população e o apoio técnico e logístico às actividades desses grupos, como forma de continuar a concretizar acções conjuntas entre o Município e a população.

7. Avaliação

A avaliação é um processo que permite ao assistente social controlar a intervenção junto dos indivíduos e dos grupos, reajustar e modificar o seu projecto de acção em função das mudanças a atingir no período seguinte. Sendo a avaliação uma reflexão sobre a forma como foi desenvolvido o processo de intervenção, é importante que o profissional faça uma auto-análise do seu papel no decorrer do processo: como foram integrados os conhecimentos ao nível da prática, como se estruturou a relação social com os indivíduos, os grupos, e quais as lacunas detectadas, isto é, o que foi feito e como foi feito, o que não se realizou e estava previsto, e porque não se realizou. Neste Projecto esta fase não é considerada, o que constitui uma lacuna, pois, é importante perceber, avaliar as mudanças introduzidas pela acção.

8. Papel do Profissional Assumido no Percurso Metodológico

“O desempenho profissional do técnico de Serviço Social inserido numa teia de relações norteadas pelo quadro político da instituição onde se insere requer um mínimo de organização que oportunize uma actividade diferenciada”.⁽⁹⁾

Neste Projecto desenvolvido pelo Município em conjunto com a população (grupos organizados), o assistente social é privilegiado na função social. O mandato institucional e a competência técnica contribuem para o reconhecimento profissional. Em matéria de acção colectiva este reconhecimento profissional é muito importante.⁽¹⁰⁾

Em posição de “marginal secante” tem um papel de charneira que lhe permite fazer a relação entre a acção e a decisão, o formal e o informal. Esta articulação

pressupõe o domínio da situação no sentido de perceber, traçar linhas de acção no âmbito de uma certa complexidade em que entram vários elementos democraticamente, embora não beneficie como eles de uma forma de autoridade. Conhece de perto as camadas populacionais e os seus problemas, mas não recebe como eles nenhuma delegação de confiança para poder falar em seu nome.

No Projecto Criação de Espaço Verde, o ponto de partida da intervenção é o sistema-utente, inserido num conjunto de sistemas que o envolvem e nos quais ele participa. O assistente social põe em relação os grupos, associações de moradores partilhando os mesmos interesses, difundindo informação sobre desenvolvimento cultural e social, projectos de educação ambiental, animação cultural. Ocupa um lugar “específico e indefinido” na encruzilhada da Câmara e da população. O seu papel é fundamentalmente favorecer o encontro da Instituição portadora de recursos e de normas, permeando os seus programas com a população que possui potencialidades, mas que estão encobertas. Neste projecto o assistente social é mobilizador, agente de desenvolvimento, bem como animador e formador social.⁽¹¹⁾ É agente de mediação e não apenas mediador. Continuamente numa posição de intersecção cria as situações propícias para o desencadear dos processos de acção colectiva. A posição de agente de mediação implica um jogo contínuo sobre a comunicação mais do que a execução de um conjunto de meios de resposta preestabelecida. A sua intervenção situa-se numa dinâmica de mudança social, visando a comunicação dos grupos emergentes e dos actores locais com o Município com o desenvolvimento de acções conjuntas.

O conhecimento que o Serviço Social da D.E.V. tem acerca da população, que levou a “negociar” continuamente a sua participação e colaboração, permitiu-lhe “não ser um mero administrador de recursos institucionais (que sempre são escassos),” colocando-se numa posição de “articular propostas que permitem romper a exclusividade das acções burocráticas assistencialistas”. Trabalhar com a população significa devolver-lhe a sua responsabilidade em todo o processo ou construí-la, de forma a que a população utente assuma a situação/problema.

A partir da informação que o assistente social domina sobre esta situação foi delineado um diagnóstico social, que permitiu em conjunto com outros agentes do Município e a população, concretizar o Projecto.

Embora ao desenvolvimento da acção colectiva, o assistente social pela sua função, fica sempre ligado à Instituição, inserido na realização da sua política e dos seus programas (mandato institucional, procurando conhecer e utilizar os recursos disponíveis, mas também as limitações e obstáculos que existem).⁽¹³⁾

A descrição do **Projecto de Intervenção do Serviço Social na Divisão de Espaços Verdes da Câmara de Sintra**, na sua metodologia base reflecte uma postura profissional que percepçiona e trabalha com o sistema utente como agente e actor social, sujeito/objecto da intervenção.

A organização que o profissional representa, Câmara Municipal de Sintra, está presente nesta relação profissional/população utente, veiculada, sobretudo, através dos recursos disponibilizados e das acções propostas.

Conclusão

O método é ordenador da acção, dando uma sequência e sentido à própria forma como o percurso é desenvolvido, em vista ao objectivo que foi delineado.

A metodologia como estrutura apoia e instrumentaliza no seu processamento lógico qualquer tipo de unidade de intervenção. A nível metodológico o passo seguinte é sempre o mesmo. Em situações diferentes podem ser privilegiadas diferentes acções de acordo com o quadro institucional e a Política Social do momento para o sector.

Estar em processo não significa que seja a ordem lógica a que predomina, pois, sendo o processo um movimento em espiral, que compreende um ponto de partida (pedido/formulação do problema) e um ponto de chegada (desfecho do problema), as diferentes fases do método entrecruzam-se sem se confundirem e sem se excluírem (Cristina de Robertis).

A grande conclusão que podemos fazer é o facto de termos percebido esta dialéctica estrutura/processo, que caracteriza a metodologia do Serviço Social, enquanto profissão de intervenção.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(¹) cf. ROBERTIS, Cristina de, *L'Intervention Collective en Travail Social. L'action auprès des groupes et des communautés*. Ed. Le Centurion, Paris, 1987, p. 40

(²) cf. Idem, p. 41-45

(³) cf. Idem, p. 47-50

(⁴) cf. Idem, p. 25-27

(⁵) Texto do Projecto analisado, p. 4

(⁶) cf. ROBERTIS, Cristina de, op. cit., p. 58

(⁷) Texto analisado, p. 4

(⁸) cf. BATISTA, Myrian, *Planeamento, Introdução à Metodologia do Planeamento Social*, Ed. Cortez e Moraes, S. Paulo, 1979, p. 42-47

(⁹) Texto analisado, p. 5

(¹⁰) cf. BLANC, Bernardette, *Actions Collectives et Travail Social, Contextes et Realisations*, Tome 1, Ed. ESF, Paris, 1986, p. 82

(¹¹) cf. BLANC, Bernardette, op. cit., p.223

(¹²) cf. GOUDET, Bernard, *La fonction d'agent de médiation des travailleurs sociaux engagés dans des actions collectives et ses légitimités*, in BLANC, Bernardette, *Actions Collectives et Travail Social*, Tome 2, Ed. ESF, Paris, 1989, p. 34-35

(¹³) cf. BLANC, Bernardette, op. cit., p. 222